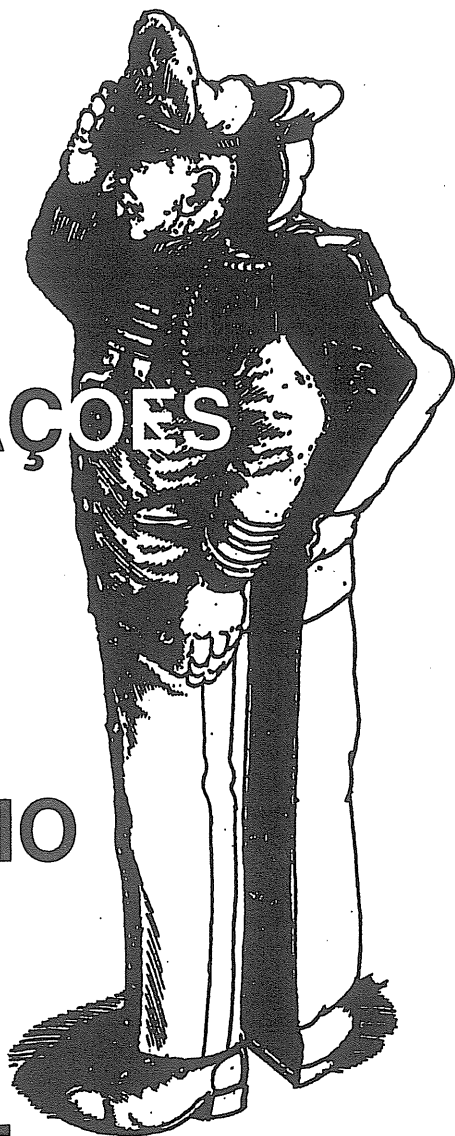


MANIFESTO ANARQUISTA

CONTRA
AS
COMEMORAÇÕES
DO
VIGÉSIMO
ANIVERSÁRIO
DO
25 DE ABRIL



"Vinte anos depois", como no romance homónimo do medíocre e conservador Alexandre Dumas, ainda cá estamos de pé, tentando – a despeito da irrisória fragilidade dos nossos meios – estorvar o mais possível o triunfalismo e a "pompa e circunstância" das comemorações deste vigésimo aniversário do 25 de Abril; até porque, como diria qualquer sociólogo aprendiz, de 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 1994, medeia o tempo de uma geração – tempo mais que suficiente para a mitificação, a mentira, o esquecimento e o adormecimento da consciência crítica.

Nos palcos improvisados (ou premeditados) do espectáculo comemoracionista, isto é, na Assembleia da República, no Palácio da Presidência, nas Assembleias Distritais, nas Câmaras Municipais e nos desfiles militares, estão presentes os nossos adversários e inimigos de sempre: não mais os obsoletos "mosqueteiros do rei", mas a corte habitual de generais e almirantes republicanos, de prebendados e proxenetes da democracia representativa, de grandes capitalistas e seus homens de palha, de burocratas, tecnocratas, gestores, bufos e polícias. Desta feita, segundo consta, com o patrocínio da Coca-Cola e, muito possivelmente também, da Mercedes-Benz, da Toyota, da General Motors, do Papa, da seita Moon, da Maçonaria, da Internacional Social-Democrata, do Fundo Social Europeu, do Fundo Monetário Internacional, da CIA e do FBI ...

Apesar das inevitáveis trocas de galhardetes e outras picardias entre o Presidente da República e o Primeiro Ministro, ou entre tenores socialistas e sociais-democratas, acerca da "democracia de sucesso", todos dizem substancialmente o mesmo: que as Forças Armadas, facto inédito na História, "libertaram" o bom povo português, depois de o terem bem aferrolhado durante cerca de 50 anos; que já temos "liberdade de expressão", quer dizer, liberdade das cordas vocais, embora a imensa maioria não tenha qualquer meio para exprimi-la; que a democracia ainda não é perfeita, mas que para lá se caminha a passos largos, a despeito da permanente insatisfação humana e da perene imperfeição do "Homem"; que o "socialismo de distribuição", segundo a fórmula do impagável filósofo Sottomayor Cardia, ainda há-de fazer das suas, sobretudo quando Ele chegar à Presidência da República ou da sua Junta de Freguesia; que os aspectos liberais do socialismo democrático, bem como os aspectos sociais do liberalismo avançado, têm que convergir numa grande corrente unitária de pensamento e acção, conquanto salvaguardando sempre as possibilidades de alternância no poder e o saudável "pluralismo" das outras correntes de "amigos do tacho"; etc., etc. E todos patenteiam a alegre despreocupação e as fauces rosadas de quem está bem instalado na vida e tem sobejas razões para brindar.

Nem troca-tintas nem vira-casacas, e tentando superar a atitude meramente estética da "náusea pura", vamos lá descortinar as razões de tanto comemoracionismo beato, de tanta e tão elaborada mentira ideológica; precisamente porque, a vinte anos de distância, é perfeitamente "natural" que os principais polichinelos e os títeres subalternos estejam completamente desmemoriados, ou então tenham a memória demasiado "selectiva" ...

A "revolução" de 25 de Abril: algumas recordações para uso dos "distraindo" e dos "amnésicos"

Quando, após a tentativa frustrada das Caldas da Rainha (16 de Março de 1974), eclodiu o golpe de Estado militar de 25 de Abril do mesmo ano, entrou na cena política portuguesa um Exército profundamente desmoralizado pelos "acidentes" da guerra colonial, pelo número crescente de estropiados e *mais ainda* pela enorme hemorragia de efectivos que o crescimento galopante do número de desertores e refractários constituía. Com efeito, umas Forças Armadas que dispunham de um contingente regular de cerca de 200.000 homens, viram, completamente impotentes, debandar para o estrangeiro, ao longo dos anos, cerca de 150.000 combatentes potenciais. Só no que diz respeito à incorporação de 1973/74, consta que cerca de 16.000 dos 30.000 mancebos mobilizáveis preferiram pôr-se ao fresco a apresenta-se à inspecção médico-militar. Comparativa e proporcionalmente, o número de desertores norte-americanos da guerra do Vietname, de russos da guerra do Afeganistão ou de cubanos da ulterior guerra de Angola era uma brincadeira de crianças.

Ante tal enormidade, tanta recusa em travar um combate que não era o seu, que podia a tropa fazer? Ele bem havia, é certo, dentro da fauna militar, os pleonásticos e patéticos fascistas e corpora-

tivistas incondicionais, os *yes men* de Salazar e de Caetano, que haviam concluído chorudos negócios à sombra do Estado Novo e eram os aliados e defensores naturais das grandes famílias; assim como os mercenários profissionais que amealhavam uns cobrezinhos com as sucessivas "comissões de serviço" e outras alcavalas, enquanto mandavam para a linha de fogo ou para o mato os magalas e galuchos mobilizados à força e os oficiais milicianos. No entanto, pouco a pouco, já cansada de se agarrar à "ração de combate" e à garrucha, tinha despontado uma casta nova, mais hipócrita, mais "civilizada". Pensava esta, de maneira mais prudente, aproveitando a boleia spinolista de "Portugal e o futuro" e a desorientação do Estado-Maior: "Já ganhámos os nossos galões nas campanhas de Mueda, Nambuangongo e tantas outras, cortando cabeças, aterrorizando o indígena e amontoando-o em aldeamentos infames; porque não continuar a carreira, com maior proveito e menor risco, num Portugal mais democrático, "pluralista" e europeu, liberto do anacronismo colonial e imperial *old style*?"

Uf, já não era sem tempo! Claro que foi esta derradeira posição, mais pragmática e "moderna", que levou a melhor, tentando demonstrar à posteridade que a tropa fandanga não pensa apenas com as botas e ficando transfigurada nos compêndios escolares por aquilo a que se chamou "espírito de Abril". Esse "espírito", evidentemente, digam lá os poetas líricos o que disserem, ainda hoje não perdoa aos desertores e refractários o facto de terem obrigado os militares "progressistas" a darem o golpe das flores; até porque, para o efeito, coitados, tiveram que desobedecer aos seus superiores hierárquicos e, para um oficial que respeita a farda que enverga, desobedecer é um acto subversivo e uma verdadeira "desonra" ...

Concomitantemente, a velha classe capitalista "nacional" – muito labrega, muito caseira –, secundada pela classe média mais arguta, pensava confusamente que o maná do mercado protegido, a ficção do escudo forte, a protecção do *big brother* norte-americano, a miséria reinante, os baixíssimos salários, a aparente docilidade do operariado e do campesinato portugueses e a expulsão da massa excedentária para a emigração legal ou clandestina não seriam epifenómenos eternos. O incipiente capitalismo "nacional" necessitava de alcançar os seus pares internacionais, de se internacionalizar, de alterar a sua composição, de vencer as baixas cadências, de se reestruturar, de sacrificar – se necessário – os galhos doentes e obsoletos, como, por exemplo, os parasitários e semi-falidos latifundiários alentejanos, para revitalizar a seiva da árvore das patacas e do lucro. Numa palavra, necessitava da sua *perestroika*.

Essa "perestroika" tinha, pois, como objectivo despoletar as tensões de um sistema caduco que se podia desmoronar perigosamente, assim como desembocar numa mera sucessão de regimes equivalentes. Seria, ao mesmo tempo: uma espécie de *jogada de antecipação*, em relação às greves espontâneas, incontroladas e sem pré-aviso que eclodiam pelo país fora, no período que precede a "revolução dos cravos"; e uma espécie de *vacina* contra certos acessos e excessos que pudessem empolgar o corpo social. Bem ponderadas as coisas, ante a impotência da antiga classe política para se auto-reformar e apesar dos perigos de instauração de uma ditadura militar "de esquerda" (ou de direita), mais valia que fosse a tropa a limpar o universo da acumulação do capital das escórias do atraso e do subdesenvolvimento, através de um golpe de Estado palaciano, do que deixar os próprios espoliados, sem qualquer espécie de mediadores, tentarem a sua sorte... Nestas coisas, aliás, sempre foi assim: hoje, como há vinte anos, os elegantes e os despreocupados acham – cheios de "bom senso", de "realismo" e, se necessário, apoiados em argumentos de grande rigor "científico" – que qualquer solução autoritária é preferível à eclósão de uma genuína revolução libertária e a que os oprimidos e explorados tomem a condução dos seus destinos nas suas próprias mãos. Se assim não fôr, que o primeiro ilustre democrata que assim não pensa nos lance a primeira pedra!

Nestes processos um pouco mais abruptos de simples passagem teleguiada de um regime de tipo fascista para um regime democrático – com total manutenção do sistema dominado pelas classes de expropriadores e seus testas de ferro – há, porém, sempre um perigo a exorcizar: o do chamado *período de transição* para a democracia dita plena, quando por definição se sabe que a democracia só pode ser formal ou meramente nominal. Querer mais do que isto, já não é querer a democracia, mas a *acracia* e que o "poder caia na rua", ou no cano de esgoto, sucedendo-lhe a descarga do autoclismo. E aí é que está o grande perigo: a tramóia da democratização não pode ser desvendada e os prestidigitadores de serviço – como o Movimento das Forças Armadas, a Junta da Salvação Nacional, o Conselho da Revolução, o "companheiro" Vasco Gonçalves, o grupo dos nove, o major Otelo, o major Melo

Antunes, os almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, Mário Soares, Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Álvaro Cunhal, os três mosqueteiros e o capuchinho vermelho – não podem revelar que caminham para o populacho com “uma mão cheia de nada e a outra de coisa nenhuma”. Caliban ou Prometeu agrialhado é como um leão adormecido e o seu despertar pode ser terrível. Pode querer a liberdade plena, como os anarquistas a entendem, e não a democracia; pode querer a igualdade efectiva e não a socialização da miséria nem a ditadura dita do proletariado.

Para evitarem contrariedades e dissabores, a burguesia e a sua tropa (de choque) tinham, não obstante, os seus planos. Seguindo fielmente o exemplo do general De Gaulle e da burguesia francesa, a seguir à 2.ª Guerra Mundial e à chamada “libertação”, foram buscar o PCP ao armário dos acessórios e deram logo um ministério (sem pasta) ao velho stalinista Álvaro Cunhal. Para Avelino Gonçalves, outro pêcê menos ilustre, ficaria reservado o Ministério do Trabalho (assalariado), onde desempenharia as funções pouco lustrosas de bombeiro da Revolução Social e de jardineiro do golpe dos cravos. A escolha até parecia acertada. Mais preocupado em entregar – com a ajuda dos oficiais “progressistas” e de toda a rapaziada que se queria desvenenhar a qualquer preço das colónias – a Guiné, Angola e Moçambique ao PAIGC, ao MPLA e à FRELIMO, isto é, à esfera de influência soviética, do que em picar a mula para a frente em Portugal, o PCP parecia constituir um excelente travão ao que quer que fosse que tivesse pernas para andar. Ainda por cima, sem recorrer a nenhuma agência publicitária que cuidasse da sua imagem de marca, saía da “longa noite do fascismo” – que tantas e tão injustificadas reputações criou – com a aura e a auréola da “resistência” e do “antifascismo”; apesar de sempre se ter absteído de falar de “socialismo” e ainda menos de “comunismo”; já que, ao longo dos anos e durante a aspérrima clandestinidade, apenas alanzoara minimalista e inconsequentemente sobre a *revolução democrática e nacional*, quer dizer, sobre algo que se assemelhava a um “nacional-democratismo” qualquer. E a conquista das cúpulas do velho “nacional-sindicalismo” perpetrada pelos stalinistas durante a “primavera marcelista”, propiciadora ao ponto de depois falarem de “sindicalismo vertical” e de tentarem obter por via legislativa a “unicidade sindical”, também ajudava à festa e consolidava a sólida reputação dos impostores. Tinha, pois, o PCP, pelo menos aparentemente, a “autoridade moral” e a implantação necessárias para promover manifestações contra as greves e, também logo de início, contra as ocupações de terras e de fábricas; até porque, nos países onde os “partidos irmãos” mandavam, greves e ocupações nunca estavam na ordem do dia e eram selvaticamente reprimidas, havendo apenas espaço e tempo para as “batalhas de produção” à borla e outras formas de entretenimento popular. Falando com os seus botões, devia pensar o Secretariado ou o Comité Central: “Que horror, camaradas! Greves não teleguiadas e ocupações não consentidas, isso leva-nos aos tempos *horrorosos e irresponsáveis* da acção directa e do anarco-sindicalismo...”

O pior é que a ilusória implantação de PCP no seio do populacho, se bem que necessária para a boa prossecução dos negócios, não era *suficiente*. Foi quando a castanha estalou na boca dos responsáveis institucionais. Sem pedirem licença a ninguém – nem aos stalinistas nem à 5.ª Divisão que, a pretexto de “dinamização cultural”, andava a militarizar a esmo e a mostrar aos provincianos quem eram os novos donos do país –, assalariados agrícolas e desempregados sazonais do Alentejo e do Ribatejo ocuparam alguns latifúndios, enquanto operários ameaçados pelo espectro do desemprego e dos salários em atraso ocuparam algumas fábricas descapitalizadas e estranguladas pela falta de créditos e de encomendas. Mais ou menos por essa altura, generalizou-se o fenómeno das comissões de trabalhadores e de moradores. A tudo isso como que “presidia” um espírito libertário algo confuso e difuso, de matriz espontânea, quando não conscientemente “espontaneista”, infelizmente insuficiente para garantir a boa coordenação dos vários aspectos, o desenvolvimento do movimento e o seu não confisco em proveito próprio pelos “vanguardistas” habituais. Por isso mesmo, na ausência de um movimento anarquista e anarco-sindicalista forte e organizado à nossa maneira responsável e afinitária, só podia acontecer o pior: a esquerda e a extrema-esquerda autoritárias, com o PCP à cabeça, burocratizaram, recuperaram, desacreditaram e desfiguraram tudo, ou não pensassem elas lá bem no fundo – ao fim e ao cabo como a direita mais tradicionalista e paternalista – que os trabalhadores entregues a si próprios só fazem asneira, além de, como o camarão, só terem merda na cabeça...

Resumindo e concatenando: demasiado ocupadas com o *flirt* com os oficiais “progressistas” – quais boas meretrizes da vida política – e repetindo de cor e saltado, de maneira acéfala e demagógica,

as fórmulas rituais da sua subserviência em relação à bota militar (“o povo está com o MFA”, “soldados sempre, sempre ao lado do povo”, etc.), a esquerda e a extrema-esquerda autoritárias nem viram despotar o movimento das ocupações. Depois, como não podiam mais parar o comboio em andamento, apanharam-no precipitada e oportunisticamente, e desviaram-no, já que sempre preferiram a burocratização e a estatização da propriedade a qualquer forma de gestão directa da riqueza social pelos próprios produtores. Para elas, o lema da Associação Internacional de Trabalhadores (também conhecida por 1.ª Internacional), segundo o qual “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, sempre foi letra morta. Com tal proceder e tal mentalidade, forneceram grandes “argumentos” à burguesia mais retrógrada sobre a “utopia” operária e camponesa, e desbravaram o terreno à chamada lei Barreto sobre as “reservas” e aquilo a que podemos chamar ironicamente as “quotas disponíveis”. A seguir e a seu tempo, obedecendo a um doseamento “sádico”, viriam a restante e acabrunhadora legislação avulsa e as sucessivas revisões constitucionais. Estavam salvos a Pátria e o Estado de Direito!

Uma palavra ainda sobre essa extrema-esquerda autoritária: quer ela fosse maoísta ou trotskista, castro-guevarista ou mais genericamente marxista-leninista, guerrilheirista ou simplesmente terceiro-mundista, ideologicamente sempre esteve muito próxima do PCP. Passava a vida a definir-se em relação a ele, a criticá-lo com paixão e veemência, a plagiá-lo o mais subtilmente possível, a fazer-lhe o frete e a “radicalizar-lhe” os programas. É o que se pode chamar o “radicalismo no disparate”. Bastava o Comité Central dos estalecas profissionais dizer: “nós queremos A”; para logo os estalecas amadores da UDP ou do MRPP também ganissem esgançada e infantilmente: “e nós queremos A + B, arra-luça, somos mais radicais!” Depois, seguiam-se as bizantinas, teológicas e intermináveis discussões sobre ortodoxia e revisionismo. No fundo, uma ambivalente e freudiana relação de amor-ódio unia e une toda essa gente. Quando a China e Cuba caírem, como caíram a União Soviética e os seus satélites, as semelhanças entre todos ainda virão mais à tona e poderemos então gritar: “bloco afinal só havia um, o do Estado e do Capital e mais nenhum!”

Mas não é tudo. Tal como o PCP, a extrema-esquerda autoritária teve sempre e tem aquilo que podemos apodar de *concepção golpista da revolução*, não pretendendo mais do que fazê-la *por cima*, isto é, através das maquinações e manipulação das cúpulas civis ou militares. Na conformidade, como a sua coragem física sempre foi escassa e o seu projecto revolucionário nulo, pensava e queria fazer a economia da *Revolução Social*, pondo a tropa a trabalhar por conta e crendo que ela faria pela extrema-esquerda aquilo que ela própria por si não fazia. A ironia involuntária atingiu as raías e os cumes do ridículo, quando, manejando a escova e a graxa, qualquer partidelho ou grupóide se punha a contar espingardas. Uns pensavam dominar a Marinha e os fuzileiros, outros namoravam descaradamente com o major Saraiva de Carvalho e com o COPCON, outros apalpavam os bicipetes dos pára-quedistas, outros ainda, sem pudor nenhum, achavam que os comandos eram os mais viris...

Foi neste ambiente psicologicamente enfermiço que despontaram meigos tropismos como os SUV (Soldados Unidos Vencerão) e juramentos de bandeira “subversivos” como o do RALIS. Na prática, em vez de apressarem a desagregação das Forças Armadas, vieram aumentar-lhes a coesão e consolidar-lhes o espírito de corpo, quando a terapia tradicional fraquejava. Nem outra coisa seria de esperar de uma extrema-esquerda autoritária que nunca compreendeu que todos os exércitos (vermelhos, azuis, amarelos ou pardos) se equivalem e que os militares “de esquerda”, como os padres liberais, se contam entre os piores inimigos da humanidade. Tanto uns como os outros tentam fazer-nos esquecer que o melhor exército é aquele que não existe, do mesmo modo que a “teologia da libertação” – de D. Hélder Câmara ou do padre Boff – não nos deve fazer perder de vista a libertação da teologia. Mas, repetimolo, isso é coisa que não entra sequer na cabecinha obtusa de partidos políticos que, como a Mocidade Portuguesa, têm os seus lusitos, infantes, vanguardistas, chefes de quina, comandantes de castelo e comandantes de bandeira... Quando se unem, no meio de toda esta pessegada, em coligações politcantes de fachada e de estados-maiores como a FUR (Frente de Unidade Revolucionária) – que chegou a englobar o PSR, a UDP, o MES, o PRP e o inefável PCP, o qual logo a seguir “borregaria” e roeria a corda, para conseguir a plena legitimidade e a respeitabilidade burguesa –, fazem-no sempre para nos taparem a linha do horizonte e nunca para nos deixarem ver a saída do túnel. Estão todos a anos-luz de um Albert Libertad, especialmente quando este declarava: “O antimilitarismo é de origem essencial-

mente anarquista. O antimilitarismo só pode ser anarquista. Só aqueles que lutam contra a organização social na sua totalidade, têm a dupla vontade de não defendê-la e de destruir aqueles que a sustentam”.

Quanto à burguesia lusitana – que foi fascista no “bom momento”, “de esquerda” logo a seguir ao 25 de Abril e hoje, com a descoberta do caminho marítimo para a CEE e para a União Europeia, é moderna, europeia, social-democrata ou neo e ultraliberal –, evidenciou logo a sua falta de classe, mal a chamada “roda da História” acelerou um tiquinho. Quando a caliga do edifício social começou a cair, pensou logo que vinha aí um abalo sísmico e entrou em pânico. Parte dos seus efectivos converteu-se ao “socialismo” e até ao marxismo-leninismo, participando activamente com o furor e o fervor dos neófitos nos “saneamentos selvagens”, quer dizer, na patética corrida aos tachos: enquanto outra parte, possuía ou simplesmente sucumbindo a uma crise de histeria, vendia residências magníficas por uma pechincha, evadia capitais e cavava com todo o garbo e galhardia para a Espanha ou para o Brasil, por essas paragens vizinhas ou remotas criando o ELP, o MDLP e outros grupos de rufiões e caceteiros, membros de qualquer partido nacional-porreirista...

Mantendo uma prudente equidistância entre as duas alas da burguesia desavinda e interpretando correctamente, durante um lapso de tempo mais ou menos longo, os interesses pluralistas da classe considerada de lés a lés, surgiu então o PS envolto em esplendor democrático. O seu papel não foi nada despidendo, embora muito menos audaz do que aquilo que se pensa, se nos lembrarmos, por exemplo, da maneira como desconvocou a contra-manifestação de Janeiro de 1975 contra a já referida “unicidade sindical” de recorte stalino-fascista. Não obstante, à volta de Mário Soares, Salgado Zenha ou Almeida Santos – ilustres advogados de uma causa não perdida –, os quais eram acolitados por toda uma corte de ex-pêcs, ex-esquerdistas, “católicos progressistas” e membros da Maçonaria, ainda teve o ensejo de fazer das suas e de contribuir poderosamente para que tudo caísse nas águas de bacalhau da democracia representativa e no marasmo pós-eleitoral; sobretudo quando nem o pequeno é aguerrido Sá Carneiro, nem o conspícuo administrativista Freitas do Amaral, assistente de Marcelo Caetano e douto animador da Câmara Corporativa, tinham a mais pequena “autoridade moral”, como soe dizer-se, para mexer uma palha.

Claro que tanto mérito ecuménico e convivial foi recompensado, tendo o PS o ensejo de formar governos minoritários e, depois, de se coligar com o CDS, sem esquecermos a sua união com o PSD, para a formação do Bloco Central. Em todos esses governos “socialistas”, foram sempre tomadas medidas das mais duras e impopulares, as quais vão dos pacotes laborais às contratações colectivas e contratos a prazo, passando pela contenção da “massa salarial”, pelos despedimentos e pelos sucessivos cerceamentos do “direito à greve”. Na prática, o PS não passou, pois, da “honesta gestão dos bens da burguesia”, como já Léon Blum dissera a propósito de 1936, ano da Frente Popular francesa. É o que todos os Partidos Socialistas, com os eurosocialistas à cabeça, fazem ou são capazes de fazer. Por tal razão, o “gado eleitoral”, cheio de ingratidão e de requintes de malvezes, castiga-os e entrega a condução dos negócios à AD (Aliança Democrática) e, depois, a um contabilista qualquer, como o severo e taciturno Cavaco Silva...

Digamos ainda, para concluir este quadro pouco dignificante, que se, num plano meramente político, os referidos partidos, embora com ópticas por vezes divergentes, deram o seu contributo para que o 25 de Abril não passasse de um golpe de Estado militar, seguido de uma *derrapagem controlada*, não se fosse para aí partir a caixa de velocidades; num plano militar, a aparente, mas ainda assim embrionária, indisciplina da tropa foi logo jugulada. Em primeiro lugar, por aqueles que lhe queriam impôr uma “disciplina revolucionária” e transformá-la num sinistro e ascético “Exército popular”; em segundo lugar, pelos mandantes de Ramalho Eanes, obscuro general de Alcains, e do major Jaime Neves, rufia operacional dos comandos. A própria brevidade da escaramuça de 25 de Novembro de 1975, ante a passividade de toda a gente e muito em especial da dos potenciais interventores militares, é eloquente. Revela a que ponto toda a gente estava cansada, frustrada e desencantada e que, qualquer que fosse a ala do Estado e do Capital que ganhasse, quem perderia sempre seria a multidão dos explorados e oprimidos. Aos soldados rasos – que deviam ter despedido os uniformes e, se necessário, virado as armas contra *todos* os seus superiores hierárquicos – só restava o regresso cabisbaixo à caserna, o corte de cabelo regulamentar, a palmatoada nas unhas e apanharem pelas trombas com o RDM (Regulamento de Disciplina Militar)...

Vinte anos depois, sempre o mesmo panorama desolador e a tendência para o “fixismo das espécies”

No essencial, tudo se passou de tal maneira como atrás dissemos e todo o quadro que pintámos à broxa larga se projecta tão inexoravelmente no panorama hodierno, que podemos inquirir com todo o cabimento, justamente porque não temos nenhum interesse inconfessável a esconder: vinte anos depois (ou quase) da demissão e debandada de tanta gente, que realidade é que temos diante dos olhos? Será “o país das maravilhas”, que deu a volta à caixa de pirolitos da Alice e nos foi facultado, como reza a campanha publicitária das comemorações, pela “democratização, descolonização e desenvolvimento”, o que tornaria perfeitamente prescindível a Revolução Social, tal como os anarquistas a entendem?

No nosso entender, processos históricos completamente distintos e até antagónicos nunca podem desembocar em resultados semelhantes; a menos que se determine, se não científica, pelo menos democraticamente, por lei ou por decreto, que não há qualquer nexo entre determinado acontecimento e as suas causas, ou entre esse evento e as suas consequências, ou ainda entre os fins a atingir e os meios a utilizar – o que nos parece uma incongruência lógica e ética de todo o tamanho.

Seguindo o itinerário que nos é sugerido – e qualquer outro seria possível –, mas não forçosamente pela ordem que nos é proposta, comecemos pela descolonização a que alguns chamaram “exemplar”. Foi o produto de uma colonização não menos “exemplar”. Como Portugal fora o primeiro país europeu a estender a garra adunca para África (logo no tempo do Infante D. Henrique) e o último de lá a arredar pé, as consequências de uma rapina multissécular só podiam ser terríveis. Ao tráfico de escravos para Portugal, Brasil, Estados Unidos e ainda outros destinos, em que a marinha mercante lusitana foi exímia; às campanhas de “pacificação” e “limpeza”, começadas com sanha na Monarquia, continuadas com furor durante a 1.ª República e aceleradas sem vergonha nenhuma durante o fascismo pelo “intrépido” Exército português – só podia suceder uma descolonização canhestra, atabalhoada, cabisbaixa e envergonhada. As suas consequências – e nisso não há qualquer paradoxo – foram, ao fim e ao cabo, as da *colonização*: êxodo de centenas de milhar de brancos, mestiços e negros (o que para a esquerda autoritária era irrelevante); substituição, nas ex-colónias, do velho racismo branco por um igualmente abominável racismo negro; eclosão de carnificinas e de guerras civis do género tribal, como resposta à imposição do *Estado-nação* de tipo europeu, dentro de fronteiras completamente artificiais traçadas à régua e esquadro nas mesas dos tratados de pilhagem internacional. E não é tudo. Enquanto as guerras civis em Angola e Moçambique, sem esquecermos a ditadura guineense e os massacres do feroz Exército indonésio em Timor-Leste, fizeram no cômputo geral muito possivelmente mais de um milhão de mortos, além dos inúmeros estropiados e das crianças, velhos e mulheres que à fome se vão extinguindo; os negócios dos Estados mercadores de canhões, das companhias petrolíferas e diamantíferas e dos países importadores de produtos agrícolas a baixíssimo preço vão prosperando, muito obrigado. Pois se consta que o próprio Estado português, democrático e de Direito, e alguns dos “heróis de Abril”, apesar da sua aparente inépcia comercial, amealham os seus cobrezinhos nas transacções que efectuam com quem actualmente manda nas ex-colónias! Tudo, é claro, a pretexto de “cooperação” e de “humanitarismo”...

Outro dos grandes sucessos do pós-vingte e cinco de Abril, ao que parece, é a democratização imparável em que vivemos. O próprio termo *democratização* dá logo a entender, a vinte anos de distância, que o processo é longo e provavelmente interminável, nunca se chegando a atingir a “democracia plena”. Corroborando a nossa asserção, alguns políticos desiludidos que nunca conseguem atingir os cargos cimeiros, falam desanimadamente de “degradação da vida democrática” ou de “governamentalização da vida política”, tentando condoer-nos; enquanto Mário Soares e outros professores impenitentes, contentes consigo próprios e com a “vida” que levam, peroram interminavelmente sobre o “espírito cívico”, a “cidadania” e a sobrevivência “em democracia”. Coisas que pouco custam ao erário público!

O Zé-povinho, porém, parece cada vez mais alheio ao discurso, mais cábula e mais cínico. Compreendendo que a democracia representativa não passa de *aritmética eleitoral* (“Oh meu amigo, eu tenho trinta e tal por cento de votos correctamente expressos, enquanto você não passa de uma gor-

jeta de doze por cento!") e que toda a gente fica deprimida logo a seguir à queda na urna do último boletim de voto – incluindo os ecologistas que votam em papel reciclado –, sente também que ela não o põe ao abrigo de nada: nem da exploração e opressão quotidianas, nem sequer do regresso do fascismo e do nazismo. Não chegou Hitler ao poder, através de um processo eleitoral mais ou menos limpo, mais ou menos sórdido, como sempre acontece? E muito mais recentemente não ganharam as eleições legislativas russas a extrema-direita de Jirinovsky e os "comunistas", constituindo uma frente unida que lembra os velhos tempos do "nacional-bolchevismo"? E mais recentemente ainda não foi o capitalista mafioso Berlusconi que ganhou as eleições legislativas na Itália, aliado aos arrogantes racistas da Liga Lombarda e aos ditos *neofascistas* de Fini, como se o fascismo fosse uma velharia susceptível de "modernização"? E que pensar do revivalismo nazi, já considerado parte integrante da vida democrática, em países como a França e sobretudo a Alemanha? Ou do marginal caso português, em que, pela primeira vez, os "skins" do Benfica, do Porto ou do Sporting dão a entender, com perfeita impunidade e até a colaboração mais ou menos discreta da polícia, que o fenómeno da extrema-direita começa a ter uma base social de apoio, muitas vezes oriunda das classes mais desfavorecidas e desesperadas?

Passando finalmente à última das vacas sagradas, a do *desenvolvimento* – já que ninguém tem mais coragem para falar de "socialismo" ou de "comunismo", os quais só têm sentido se forem libertários ou anarquistas –, digamos sem reboço que o desenvolvimento pelo desenvolvimento faz parte do discurso meramente economicista, ou da verborreia contabilística do "cavaquismo". Não nos elucida sobre o tipo de desenvolvimento – uma vez que nada nos diz sobre o fim da separação entre trabalho dito manual e trabalho dito intelectual, sobre o fim da separação entre o campo e a cidade, o centro e a periferia, e o fim da maldição do trabalho assalariado –, além de nada nos dizer sobre a incapacidade do capitalismo fazer algo que não seja destruir para reconstruir, ou vice-versa. A chamada "destruição criadora", de que falava Schumpeter!

No caso português, desenvolvimento quer apenas dizer entrada de dois milhões de contos por dia (oriundos dos fundos europeus) até ao ano 2000, acesso às alamedas do grande capital aos mais "afoitos", auto-financiamento do Estado e da burocracia parasitária e liquidação dos sectores retardatários; assim como exclusão, marginalização e desemprego para a grande massa dos "atrasados". Dos que, ainda segundo Schumpeter, não passam do "circuito económico" para a "evolução". Por alguma razão, as cadeias portuguesas estão cheias como nunca e vastos sectores da juventude são empurrados para a "economia da droga" – que nos pretende fazer esquecer a *droga da economia* – e outras formas de alienação por vezes irreversível.

Quanto às posições do CDS e do PCP sobre "soberania nacional" e "nacional-capitalismo", opostas às posições mais eurocráticas e supranacionais do PSD e do PS, nunca nos entusiasmarem e, aliás, não passam de querelas entre as partes que constituem a estrutura tecno-burocrática da sociedade autoritária e capitalista.

Posto isso e como, ganhe quem ganhar, são em geral sempre os mesmos que estão na mó de cima, só podemos *provisoriamente* concluir que o velho "fixismo" de Cuvier e dos outros naturalistas anteriores a Darwin – que determinava peremptoriamente que as espécies são sempre as mesmas, desde a "Criação" até aos nossos dias – parece continuar ainda vigente, embora as designações modernas mudem. Teria a sua graça e seria uma formidável ironia da História, se uma autêntica revolução libertária e igualitária, individual e colectiva, feminina e masculina, justiceira e emancipadora, quotidiana e sintonizada, atirasse com todos esses ídolos e animais empalhados pela borda fora...

COLECTIVO DA REVISTA ANARQUISTA "A HIDRA"
APARTADO 8 – AMORA
2840 SEIXAL

A LIVRE REPRODUÇÃO DESTES TEXTOS É VIVAMENTE ACONSELHADA.
É PRECISO QUE AS FOTOCOPIADORAS DAS EMPRESAS
E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS TENHAM ALGUMA UTILIDADE.